



DIÁRIO DO GOVÉRNO

PREÇO DÊSTE NÚMERO — \$30

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias do que se recebam 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS	
As 3 séries	Ano 240\$
A 1.ª série	90\$
A 2.ª série	80\$
A 3.ª série	80\$
Aviso : Número de duas páginas \$30; de mais de duas páginas \$30 por cada duas páginas	
Semestre	130\$
"	45\$
"	43\$
"	43\$

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 25\$0 a linha, acrescido do respectivo imposto do \$80. Os anúncios a que se referem os §§ 1.º e 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 10:112, de 24-IX-1924, têm 40 por cento de abatimento.

Administração da Imprensa Nacional de Lisboa

AVISO

Para os devidos efeitos se comunica que, por ordem superior, não serão aceites originais destinados ao «*Diário do Governo*» que não tragam apostila a ordem para a publicação devidamente assinada, devendo ser autenticada a assinatura pelo respectivo selo branco.

SUMÁRIO

Ministério das Finanças:

Decreto n.º 29:551 — Manda pôr em execução a tabela de cotização do Cofre de Previdência dos Oficiais e Praças da Guarda Fiscal, aprovada pelo Instituto Nacional do Trabalho e Previdência.

Ministério dos Negócios Estrangeiros:

Aviso — Torna público que Sua Majestade o Rei da Grã-Bretanha, Irlanda e territórios britânicos de além-mar, Imperador das Índias, entende tornar aplicável à Birmânia a Convenção internacional para a repressão do tráfico de mulheres e crianças, assinada em Genebra a 30 de Setembro de 1921.

Ministério das Colónias:

Portaria n.º 9:209 — Abre um crédito para reforço da verba do capítulo 1.º, artigo 9.º, n.º 1), alínea b), do orçamento da Agência Geral das Colónias.

Decreto-lei n.º 29:552 — Autoriza o Ministro a contratar vário pessoal destinado à fiscalização dos trabalhos do caminho de ferro de Tete.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Comando Geral da Guarda Fiscal

2.ª Repartição

Decreto n.º 29:551

Tendo sido proposto pela direcção do Cofre de Previdência dos Oficiais e Praças da Guarda Fiscal, ao abrigo do artigo 38.º do decreto n.º 11:465, de 24 de Fevereiro de 1926, a substituição das cotas mensais constantes dos artigos 4.º e 5.º do citado decreto;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. É posta em execução, desde o primeiro dia do mês seguinte à publicação do presente decreto, a tabela de cotização do Cofre de Previdência dos Oficiais e Praças da Guarda Fiscal, aprovada pelo Instituto Nacional do Trabalho e Previdência.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 25 de Abril de 1939.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar.

Tabela de cotização do Cofre de Previdência dos Oficiais e Praças da Guarda Fiscal

Idade do subscritor na data da admissão	Cotas mensais	
	1.º grau (5.000\$)	2.º grau (10.000\$)
Até 26 anos	6\$30	12\$60
27 e 28	6\$60	13\$20
29 e 30	6\$95	13\$90
31 e 32	7\$30	14\$60
33 e 34	7\$70	15\$40
35 e 36	8\$20	16\$40
37 e 38	8\$70	17\$10
39 e 40	9\$20	18\$40
41 e 42	9\$75	19\$50
43 e 44	10\$35	20\$70
45 e 46	11\$00	22\$00
47 e 48	11\$60	23\$20
49 e 50	12\$25	24\$50
51 e 52	12\$80	25\$60
53 e 54	13\$35	26\$70
55 e 56	13\$80	27\$60
57 e 58	14\$15	28\$30
59 e 60	14\$35	28\$70

Paços do Governo da República, 25 de Abril de 1939.—O Ministro das Finanças, António de Oliveira Salazar.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna

Por ordem superior se faz público que, segundo informa o secretário geral da Sociedade das Nações, o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros de Sua Majestade o Rei da Grã-Bretanha, Irlanda e territórios britânicos de além-mar, Imperador das Índias, lhe notificou, conforme o disposto no artigo 14.º da Convenção internacional para a repressão do tráfico de mulheres e crianças, assinada em Genebra a 30 de Setembro de 1921, de que a Birmânia participava anteriormente como parte da Índia, que Sua Majestade entende tornar esta Convenção aplicável à Birmânia, como posseção de além-mar de Sua Majestade, sob a reserva seguinte, que corresponde à feita pela Índia ao assinar a Convenção: (Tradução) «A Birmânia reserva-se inteiramente o direito de substituir pela idade de dezasseis anos, ou qualquer idade mais elevada que possa ser fixada ulteriormente, o limite de idade prescrito no parágrafo B do protocolo final da Convenção de 4 de Maio de 1910 e artigo 5.º da Convenção de 1921». Esta notificação foi recebida no Secretariado da Sociedade das Nações em 3 de Abril de 1939.

Direcção Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna, 19 de Abril de 1939.—Pelo Director Geral, Eduardo Vieira Leitão.